

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2553670020191118091618

Processo 0809808-86.2019.8.23.0010 ☆ - (233 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

65 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 65

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 65	18/11/2019 09:16:18	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>65.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,</div><div>2585378IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALJUR01.pdf</div><div>Público</div></div>			
64	14/11/2019 11:10:24	CONCLUSOS PARA SENTENÇA Responsável: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA	Marques Leandro Pereira da Silva Analista Judiciário
63	14/11/2019 00:03:44	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 55) JUNTADA DE LAUDO(16/10/2019) e ao evento de expedição seq. 56.	SISTEMA CNJ
62	09/11/2019 00:17:40	DECORRIDO PRAZO DE EDUARDO MOREIRA NUNES (P/ advgs. de EDUARDO MOREIRA NUNES *Referente ao evento (seq. 55) JUNTADA DE LAUDO(16/10/2019) e ao evento de expedição seq. 57.	SISTEMA CNJ
61	23/10/2019 00:05:04	DECORRIDO PRAZO DE PERITO ILDERSON PEREIRA SILVA (Para Perito ILDERSON PEREIRA SILVA *Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO(11/10/2019) e ao evento de expedição seq. 54.	SISTEMA CNJ
60	22/10/2019 00:02:36	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo Perito ILDERSON PEREIRA SILVA(Leitura automática em 21/10/2019 às 23:59)) em 21/10/2019 com prazo de 1 dia útil *Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (11/10/2019) e ao evento de expedição seq. 54.	SISTEMA CNJ
59	21/10/2019 09:51:01	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/10/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 55) JUNTADA DE LAUDO (16/10/2019) e ao evento de expedição seq. 56.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
58	16/10/2019 16:12:54	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EDUARDO MOREIRA NUNES) em 16/10/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 55) JUNTADA DE LAUDO (16/10/2019) e ao evento de expedição seq. 57.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
57	16/10/2019 15:34:02	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EDUARDO MOREIRA NUNES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (16/10/2019)	KETHELEN CRISTINE MONTEIRO DA COSTA Estagiário
56	16/10/2019 15:34:02	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (16/10/2019)	KETHELEN CRISTINE MONTEIRO DA COSTA Estagiário
<div>[+]</div> 55	16/10/2019 15:33:52	JUNTADA DE LAUDO	KETHELEN CRISTINE MONTEIRO DA COSTA Estagiário
54	11/10/2019 10:42:53	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para Perito ILDERSON PEREIRA SILVA com prazo de 1 dia útil - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (11/10/2019)	DEBORA LIMA BATISTA Analista Judiciário
<div>[+]</div> 53	11/10/2019 10:40:59	JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO	DEBORA LIMA BATISTA Analista Judiciário
52	11/10/2019 10:29:12	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: ILDERSON PEREIRA SILVA habilitado até 15/11/2019 (35 dias)	DEBORA LIMA BATISTA Analista Judiciário



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

**Processo:** 08098088620198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDUARDO MOREIRA NUNES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NUJ 3107**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

Sua busca por placa: NUI3107 UF: RR CATEGORIA: 09\*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento				
2018	R\$185,50	Quitado					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data Pagamento</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>23/07/2018</td> <td>R\$185,50</td> </tr> </tbody> </table>				Data Pagamento	Valor Pago	23/07/2018	R\$185,50
Data Pagamento	Valor Pago						
23/07/2018	R\$185,50						
2017	R\$185,50	Quitado					
2016	R\$292,01	Quitado					
2015	R\$490,35	Quitado					
2014	R\$292,01	Quitado					
2013	R\$148,08	Quitado					

(\*\*) Motocicleta



No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

### DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2018**, E O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE O MESMO ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM O AGRAVAMENTO DAS LESÕES.

CUMPRE ESCLARECER, QUE OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS AOS AUTOS, INFORMAM QUE O AUTOR TEVE UMA FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA ESQUERDA.

**OCORRE, QUE DURANTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO A PARTE FOI SUBMETIDA A PERÍCIA E DE ACORDO COM AVALIAÇÃO MÉDICA REALIZADA POR DOIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, SENDO UM NA FIGURA DE**

**REVISOR, FOI CONCLUÍDO QUE A PARTE AUTORA, APRESENTOU LIMITAÇÃO DE 25% DO MEMBRO INFERIOR, OU SEJA, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELO AUTOR.**

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
		<b>Total</b>	<b>17,5 %</b>	<b>R\$ 2.362,50</b>

Salienta-se, que em sede administrativa o autor foi periciado em 25% do Membro Inferior Esquerdo recebendo um valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

verifica-se que o perito **NÃO GRADUOU** a lesão corretamente, conforme é estabelecido na tabela anexa da Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09).

Conforme o laudo pericial, o *expert* informa que a parte Autora teve uma Invalidez em grau médio 50% no MIE (fratura da tíbia esquerda), e 25% MIE (fratura da fíbula esquerda), vejamos:

**ESCLARECE A RÉ, QUE PARA UMA ÚNICA LESÃO O PERITO UTILIZOU DOIS PARÂMETROS DE GRADUAÇÃO “EM GRAU MÉDIO 50%” E “LEVE 25%”.**

**RESSALTA-SE, QUE O PERITO NÃO OBSERVOU CORRETAMENTE OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NA TABELA ANEXA DA LEI 6.194/74 (ALTERAÇÃO PELA LEI 11.945/09), A QUAL ESTABELECE OS MEMBROS EM CASOS DE INVALIDEZ E AS GRADUAÇÕES EM TOTAL (100%), INTENSA (75%), MÉDIA (50%), LEVE (25%) E RESIDUAL (10%).**

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					

Pelo exposto, a Ré vem a presença de V. Ex.<sup>a</sup> informar que o laudo de fls., **desacordo com os parâmetros estabelecidos na tabela anexa da Lei 6.914/74.**

Por fim, requer a Ré que o N. Magistrado intime o *expert perito*, para que o mesmo refaça o exame pericial, tendo em vista que não foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, impossibilitando a verificação de indenização a ser paga e seu respectivo *quantum*.

Desta forma, faz-se necessária a produção de novo laudo, desta feita, observando as anteditas exigências legais, para que no caso de eventual condenação, esta seja de acordo com a lesão de fato suportada pela parte autora.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 13 de novembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**